

Ajuste já sofre baixas no Congresso

Aumento da retenção do FEF está fora das propostas, afirma líder do PSDB no Senado

Helena Chagas, Mônica Gugliano, João Domingos e Maria Lima

BRASÍLIA

Em menos de 24 horas, o programa de estabilização fiscal anunciado pelo Governo já sofreu baixas e é alvo de uma série de propostas alternativas. A prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 2006, com um aumento do percentual de retenção dos atuais 20% para 40%, já não faz parte da proposta. Segundo o líder do PSDB no Senado, Sérgio Machado (CE), que jantou anteontem com o presidente Fernando Henrique Cardoso, a medida só será discutida no próximo ano porque a emenda do FEF está em vigor até dezembro de 1999. Na avaliação dos líderes governistas, foi um erro da equipe econômica incluir a medida no programa.

— O Fundo de Estabilização Fiscal já está fora. Em uma negociação tão complicada quanto esta, o Fundo aumenta as dificuldades porque os governadores são contra. É melhor assim — disse Sérgio Machado (CE).

— Temos de evitar atropelos como este do FEF. Este assunto somente deverá ser decidido daqui a um ano. Não sei por que foram tocar nele agora — disse o novo líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (SP).

O aumento da CPMF de 0,2% para 0,38% até poderá ser aprovado, mas, para isso, os parlamentares querem que a alta da alíquota seja deduzida do Imposto de Renda.

Contribuição de servidores inativos também pode mudar

A cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos também poderá ser modificada. Deputados e senadores sugerem uma alternativa isentando os que recebem até R\$ 500 e compensando a diferença de arrecadação com um tributo maior sobre os que recebem mais. Os parlamentares também pretendem incluir na discussão o imposto sobre as grandes fortunas. Finalmente, a pedido dos governadores, a equipe econômica poderá estudar mudanças na lei de gastos públicos.

Até mesmo o governador tucano, Tasso Jereissati, amigo de Fernando Henrique, esteve ontem em Brasília para reclamar. Numa solenidade no Ministério da Marinha, fez suas queixas diretamente ao ministro da Fazenda, Pedro Malan. Jereissati criticou o dispositivo que inclui a poupança investida na conta do déficit dos estados. Segundo ele, o ministro admitiu rever a medida.

ACM quer alternativa para aumento da alíquota da CPMF

Em relação à CPMF, o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), busca uma solução alternativa que reduza o impacto no bolso do cidadão.

— Se a alíquota de 0,38% é tolerável pelo Congresso nós vamos ver. Estamos estudando o assunto com consultoria própria. Encomendei um estudo para ver se é possível encontrar outra fonte para os 0,08% da CPMF, para quando formos discutir com o Governo mostrarmos as coisas de um lado e do outro e ver qual é a melhor fórmula — disse Antônio Carlos.

Na Câmara, os líderes esperam que na próxima terça-feira o ministro Pedro



O MINISTRO DA FAZENDA, Pedro Malan, ao lado do senador Antônio Carlos Magalhães, durante depoimento no Congresso sobre o ajuste

Malan — que ontem foi ao Congresso dar informações sobre as medidas aos parlamentares — diga se é possível modificar algumas propostas.

Com a expectativa de uma resposta positiva de Malan, os líderes começaram ontem mesmo a articular a mobilização para a próxima semana. Na quarta-feira, eles querem votar os três destaques que faltam para concluir a Reforma da Previdência.

Outro ponto que poderá dificultar as negociações é o corte no Orçamento. Malan disse a parlamentares que o detalhamento das áreas atingidas será feito pelo ministro do Planejamento, Paulo Paiva, que, por sua vez, jogou o problema para a próxima semana, quando terá pronta uma planilha de cortes.

Para o presidente Fernando Henrique, o único ponto do ajuste fiscal que não pode ser alterado são os R\$ 28 bi-

lhões que têm de ser obtidos com cortes no Orçamento e aumento de impostos. Por intermédio do porta-voz adjunto, ministro Georges Lamazière, Fernando Henrique salientou que o Congresso é autônomo para alterar as medidas apresentadas pela equipe econômica, mas deixou claro que o Governo não se submeterá a qualquer barganha política. O presidente deixou claro que todas as negociações com os parlamentares terão, necessariamente, de passar pela aprovação da equipe econômica.

Presidente promete medidas na área social

Um dia depois de ter admitido que, a curto prazo, a taxa de desemprego deverá crescer, Fernando Henrique antecipou ontem que, na próxima semana, o Governo tomará medidas para reduzir o impacto do ajuste fiscal na área social.

— O presidente indica que haverá medidas nesta área na próxima semana. Mas não saberia dizer quais serão — informou o porta-voz.

Ainda de acordo com o porta-voz, caberá à equipe econômica analisar as sugestões de alteração do pacote de ajuste fiscal. Isso vale para as medidas compensatórias sugeridas por parlamentares e empresários por causa do aumento da CPMF. Segundo o porta-voz, Fernando Henrique reiterou ontem sua disposição de conversar com a oposição e estudar sugestões. Mas reclamou da resposta que tem recebido quando propõe o diálogo. ■

COLABOROU Adriana Vasconcelos

● AJUDA FINANCEIRA COORDENADA PELO FMI PODE SER APROVADA NA PRÓXIMA SEMANA, na página 22

O CRONOGRAMA DAS MEDIDAS NO CONGRESSO

● **CPMF:** O aumento da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,38 e sua prorrogação dependem de aprovação de emenda constitucional. Para se aprovar uma emenda constitucional, é preciso apoio de 308 dos 523 deputados na Câmara e de 49 dos 81 senadores, com votação em dois turnos em cada Casa.

● **SERVIDORES DA ATIVA:** Medida provisória editada ontem aumenta a contribuição previdenciária dos servidores federais da ativa, para até 20%, dependendo da faixa salarial. Pela Constituição, as novas alíquotas só passam a vigorar dentro de 90 dias.

● **SERVIDORES INATIVOS:** A contribuição dos inativos só poderá ser instituída por medida provisória após encerrado o ano legislativo, já que foi rejeitada este ano. Se a reforma da Previdência for promulgada, a mudança dependerá de lei complementar.

● **COFINS:** O aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3% poderá ser instituído por medida provisória — ainda não editada — ou projeto de lei. Se o Governo optar por MP, a alíquota só vai vigor 90 dias depois. Se for por projeto de lei, só 90 dias após aprovado pelo Congresso. A cobrança de Cofins dos bancos deverá ser instituída por lei complementar, que depende dos votos de metade mais um dos deputados e senadores.

● **FUNCIONÁRIOS:** Ontem foi encaminhado ao Congresso projeto de lei que trata das demissões de servidores de União, estados e municípios por excesso de quadros. Também foi enviado projeto de lei complementar em que o servidor deixa de ser estatutário e passa a ser regido pela CLT. As medidas dependem do Congresso.

● **CORTES:** O corte de gastos para 99 depende da revisão do Orçamento e de aprovação pelo Congresso até 15 de dezembro ou em convocação extraordinária, depois dessa data.

● **DEPÓSITOS:** A incorporação dos depósitos judiciais ao caixa do Tesouro Nacional foi determinada ontem por medida provisória.

● **REFORMAS:** A reforma da Previdência depende de votação em segundo turno pela Câmara. O projeto de reforma tributária sequer foi concluído pelo Governo.

● **FEF:** O Fundo de Estabilização Fiscal, que permite ao Governo mudar o destino de parte das receitas, vigora até o fim de 99. A ampliação e a prorrogação do FEF dependem de emenda constitucional.